

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº _____/2013



**CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS E A
BENEFICIÊNCIA EVANGÉLICA DE ARAGUARI/MG**

O MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, Estado de Minas Gerais, Pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Praça Urias José da Silva , nº 42, na cidade de INDIANÓPOLIS, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.259.390/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. SERGIO PAZINI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 573.628.909-15 e portador do CI/RG nº 11/R1884311 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Getúlio Magalhães, nº 247, Bairro Santana, na cidade de Indianópolis/MG, ora denominado **PRIMEIRO CONVENENTE** e **BENEFICIÊNCIA EVANGÉLICA ARAGUARINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.292.081/0001-10, associação civil pública de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Avenida Bahia, nº 600, Centro, na cidade de Araguari/MG, neste ato representada por sua presidente, Sra. Iara Naves, ora denominada **SEGUNDA CONVENENTE**, celebram o presente convênio, sujeitando-se as partes, no que couber, às normas da Lei nº 8.069/90 e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente convênio:

1.1.2 O desenvolvimento, pela **SEGUNDA CONVENENTE**, do programa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco, abrangendo as ações previstas nos artigos 90, 101, 112 e 129 da Lei nº 8.069/90, mediante o encaminhamento pelo Conselho Tutelar e pela Justiça da Infância e Juventude.

1.1.3 O programa deverá ser executado conforme previsto no art. 101, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para atendimento a crianças e adolescentes, de zero a dezoito anos, em situação de risco social e familiar, nos termos do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando de forma primordial assegurar o respeito aos direitos mais fundamentais das crianças ou adolescentes abrigados, como forma de afastá-los da situação que lhes causa prejuízo ao seu desenvolvimento, devendo o programa obedecer às diretrizes previstas no artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, assegurar os princípios da excepcionalidade, provisoriedade e transitoriedade no atendimento, priorizando o enfoque nas relações afetivas das crianças e adolescentes com suas famílias de origem e/ou famílias extensas, devendo ser observados para os encaminhamentos a serem feitos pelo Conselho Tutelar de Indianópolis e Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Araguari/MG, o regimento interno da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS

2.1 Do Primeiro Conveniente:

2.1.1 Caberá ao Município de Indianópolis/MG o repasse de subvenção à Segunda Conveniente, na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, a partir de **10 de junho de 2013**, com vista à consecução do objeto do presente convênio, com dotação orçamentária nº _____ – subvenções sociais. O repasse do referido Convenio será feito mediante depósito bancário na Agência nº _____, Conta nº _____, Banco _____, em nome da Segunda Conveniente.

2.1.2 – Realizar, se necessário, o apoio técnico, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, para subsidiar as visitas técnicas da equipe da instituição às famílias dos acolhidos em Indianópolis/MG, que acontecerão com periodicidade mínima mensal.



2.1.3 – Fornecer transporte semanal às famílias dos acolhidos para deslocarem-se para as visitas aos menores da Beneficência Evangélica de Araguari, visando a preservação do vínculo familiar.

2.2 Da Segunda Conveniente:

2.2.1 Executar os serviços em estrita observância ao objeto constante na cláusula primeira, bem como às disposições constates na Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

2.2.2 Oferecer 05 (cinco) vagas, para ambos os sexos, ao Município de Indianópolis/MG.

2.2.3 – Gerir o programa de acolhimento institucional diretamente, sendo de tal entidade a coordenação do programa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente convênio vigorará durante o exercício de 2013, iniciando-se em _____ de 2013, podendo ser prorrogado para os anos subsequentes, em caso de permanência da necessidade municipal e do interesse público.

3.2. Farão face às despesas deste convênio recursos do orçamento vigente de 2013.

3.3 Procedendo-se à prorrogação do convênio para os anos subsequentes, será feita a revisão do valor do convênio em todo mês de janeiro, no mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.



7.1 Os partícipes se obrigam a submeter previamente, por escrito, a aprovação um do outro, qualquer matéria técnico-financeira-administrativa, assistencial, decorrente da execução deste convênio a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e outros.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As dúvidas suscitadas na execução deste convênio, objeto de continuidade do trabalho proposto, serão dirimidas entre as partes, elegendo-se o foro da Comarca de Araguari/MG.

9.2 Para validade do que pelas partes foi pactuado, forma-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Indianópolis/MG, _____ de Maio de 2013.

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS/MG
Prefeito Municipal

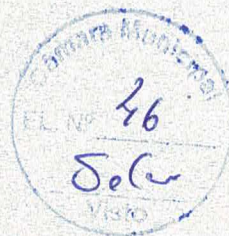
BENEFICÊNCIA EVANGÉLICA ARAGUARINA
PRESIDENTE

Testemunha I:

CPF:

Testemunha II:

CPF:



LEI Nº 722

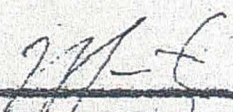
Reconhece de utilidade pública
a "Beneficência Evangélica Araguaia".

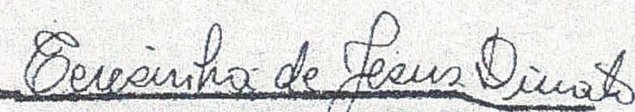
A Câmara Municipal de Araguaia decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a "Beneficência Evangélica Araguaia", organização social de fins assistenciais.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Araguaia, em 16 de agosto de 1960.


Dr. José Jachovah Santos
Prefeito Municipal


Teresinha de Jesus Dinato
Secretário Substituto